



Anais da Assembléia

N.º 04

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE MARÇO DE 1977

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA 8ª LEGISLATURA

Realizada em 01 de março de 1977.

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e José Domingos Scarpelini.

Às 15,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Roslindo Fruct, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes e demais autoridades civis, militares e eclesiásticas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, verificada a existência de número legal, declaro aberta a Sessão de Instalação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura.

Na presente sessão, conforme mandamento constitucional, será lida a mensagem anual em que o Sr. Governador do Estado dá conta da situação e solicita as providências que julga necessárias.

Para receber S. Exa., o Sr. Jayme Canet Júnior, DD. Governador do Estado do Paraná e conduzi-lo a este Plenário, designo uma Comissão integrada pelos Srs. Deputados Luiz Roberto Soares, Trajano Bastos, Jorge Sato e Muggiati Filho.

Suspendo a sessão por alguns instantes, para aguardarmos a chegada de Sua Excelência.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está reaberta a sessão.

A Mesa está composta das seguintes autoridades: Exmo. Sr. Jayme Canet Júnior, Digníssimo Governador do Estado; Exmo. Sr. Dr. Otávio Cesário Pereira Júnior, Digníssimo Vice-Governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Exmo. Sr. General Rui de Paula Couto, Digníssimo Comandante da 5ª Região Militar e quinta Divisão de Exército; Sua Exa. Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Digníssimo Arcebispo Metropolitano; Exmo. Sr. Professor Theodócio Jorge Atherino, magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, Primeiro Secretário da Assembléia; Exmo. Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, Segundo Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A Presidência convida os presentes a ouvirem o Hino Nacional que será executado pela Banda da Polícia Militar do Estado do Paraná.

(É executado o Hino Nacional).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra

ao Sr. Jayme Canet Júnior, digníssimo Governador do Estado do Paraná.

O SR. JAYME CANET JÚNIOR — Excelentíssimo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo Sr. Dr. Otávio Cesário Pereira Júnior, digníssimo Vice-Governador do Paraná; Excelentíssimo Sr. Desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná; Excelentíssimo Sr. General Rui de Paula Couto, digníssimo Comandante da 5ª Região Militar e da 5ª Divisão do Exército; Sua Excelência Reverendíssima D. Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano; Excelentíssimo Sr. Professor Theodócio Jorge Atherino, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná; Excelentíssimo Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva; 1º Secretário da Assembléia Legislativa do nosso Estado; Excelentíssimo Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná; demais autoridades; Senhoras; Senhores; Senhores Deputados. (Lê):

“Cumprindo o mandamento constitucional, tenho a honra de encaminhar ao Poder Legislativo o relato das atividades governamentais durante o ano de 1976.

Foi um ano em que o Brasil enfrentou cinco grandes problemas:

- 1 — A manutenção das taxas satisfatórias de crescimento do produto e do emprego;
- 2 — A sustentação de um programa de investimentos em infraestrutura capaz de assegurar maior desenvolvimento futuro e menor dependência externa;
- 3 — A redução do ritmo inflacionário;
- 4 — A melhoria da distribuição de renda;
- 5 — O ajuste do balanço de pagamentos e o equacionamento do endividamento externo.

São metas que se entrelaçam e, muitas vezes, se contra-põem. Mas a importância de cada uma justifica-se imediatamente. Precisamos crescer para aumentar o padrão de vida da população e criar empregos para o milhão de pessoas que anualmente ingressa no mercado de mão-de-obra. Ao mesmo tempo, necessitamos projetar este crescimento na direção do futuro, alterando o quadro de dependência externa, que faz com que o país seja tão sensível à conjuntura internacional, a ponto de importar inflação e sofrer diretamente os reflexos da crise de preços do petróleo.

A alta contínua dos preços é, por sua vez, mal quase permanente na história econômica da nação, criando tensões e expectativas que necessitamos suprimir ou reduzir. O crescimento, por outro lado, deve ser entendido não apenas como um processo econômico, mas como um processo social. E isso só ocorrerá na medida em que os frutos do desenvolvimento beneficiem todas as camadas da população. Há, finalmente, urgência em ajustar a balança de pagamentos e equacionar a dívida externa. Como país em desenvolvimento, é natural existir no Brasil um déficit em conta-corrente. É a única maneira de absorver poupanças externas para complementar as internas.

Mas, como afirmou recentemente o Ministro da Fazenda, “é preciso, a médio prazo, conter o déficit em conta-corrente em valores tais que o crescimento da dívida externa não avance em percentagens superiores ao aumento das exportações”.

Este ajuste só pode ser obtido de duas maneiras:

- a) — Pelo aumento das exportações;
- b) — Pela redução e substituição das importações.

Não se trata de uma alternativa, mas de duas linhas de

atuação que vêm sendo seguidas pelo governo. A segunda, com resultados mais lentos, pois não é fácil ampliar, no espaço de um, dois ou três anos, a siderurgia, o setor de minerais não ferrosos, a indústria química, a de bens de capital ou a produção de petróleo.

Da mesma forma, não pode o país, sob penas de pagar um preço muito pesado, em termos de desenvolvimento, cortar as importações de combustíveis. O programa de racionalização do consumo em implantação reflete essas preocupações do Governo Federal e deve contar com o patriótico apoio de todos nós, como, de resto, vem ocorrendo.

Devemos ainda considerar que a redução e a substituição das importações promovem a diminuição do déficit em conta-corrente, mas não ajudam a pagar a dívida externa. Esta só será paga com o aumento das exportações, que se torna, neste instante, o maior objetivo da economia nacional.

Analisando o setor exportador verificamos que os produtos primários — agrícolas e pecuários — representam cerca de dois terços das divisas geradas. E que, desse total, os alimentos têm a mais significativa participação. Daí a importância da contribuição da agricultura e da pecuária do Paraná, em um mundo onde o alimento se torna, cada vez mais, sinônimo de moeda forte.

Felizmente, podemos relatar hoje a vitória do agricultor e do pecuarista paranaense sobre os desafios do clima, que se manifestaram principalmente através da geada de 75, com a destruição de cafezais que constituíam, até então, o maior e mais tradicional suporte da economia estadual. De um total de 900 milhões de pés de café, existem hoje cerca de 550 milhões.

As áreas liberadas pela cafeicultura ou ocupadas por cafeeiros temporariamente improdutivos, foram plantadas com lavouras brancas, dentro de uma orientação que ofereceu resultados altamente favoráveis. O setor agropecuário apresentou um incremento no valor de produção de 30,3 por cento e de 21 por cento da produção bruta, em relação aos resultados de 1975. As safras só não foram ainda melhores devido às secas e às chuvas, ao granizo e às geadas que provocaram uma diminuição entre 500 e 600 mil toneladas na produção de trigo, além de afetarem, com menor intensidade, as culturas de amendoim e mandioca. Na cana-de-açúcar, os efeitos da geada de 75 ainda provocaram uma quebra da produção calculada em 60 por cento. A produção foi de 2.412.370 sacas de 60 kg e de 19.955.900 litros de álcool.

A expansão agrícola verificada representa três vezes a previsão feita no plano "Objetivos e Metas do Desenvolvimento", que antevia uma taxa de 8,7 por cento ao ano de crescimento. Este índice, devo frisar, foi calculado a partir do volume físico da produção dos dez produtos de maior significação e considerando a média dos preços anuais recebidos pelos lavradores. O café, somente para efeito de cálculo, não foi computado.

Tomando por base os mesmos produtos, verifica-se um crescimento de 21,9 por cento da produção física agrícola em relação a 1975, pois de um total global de 13,6 milhões de toneladas, passamos para 16,6 milhões de toneladas. O valor dessa produção foi estimado em 16 bilhões de cruzeiros em 1975, ao passo que em 1976, já descontada a inflação, a cifra subiu para 20 bilhões e 800 milhões de cruzeiros.

Estes números deixam claro que 1976 foi o ano da recuperação agrícola do Paraná. Uma recuperação que teve o estímulo e o apoio dos governos do Estado e da União. Mas que foi obra exclusiva da capacidade de trabalho do agricultor paranaense. E esta recuperação foi caracterizada por uma nova fisionomia da agricultura, que continuará contando com o café — cuja produção é estimada em um milhão de sacas na safra 77/78 e cinco a seis milhões de sacas na safra 78/79 — como um de seus mais importantes itens. Mas que terá nas outras lavouras um fator de equilíbrio econômico e uma garantia do conjunto

da produção contra novos acidentes climáticos.

Penso que é importante para o Brasil sustentar sua posição de grande produtor mundial de café e que ao Paraná caberá sempre a condição de um forte contribuinte para esta produção, cuja participação ainda mais se valoriza no instante em que os preços internacionais alcançam um índice inédito e em que as reservas em poder do IBC não excedem 8 milhões de sacas, quando anteriormente giraram em torno de 70 a 80 milhões.

Nos próximos anos a aluta da cafeicultura nacional será para produzir o necessário para o consumo interno e a exportação, num total de 24 a 25 milhões de sacas anuais, sendo difícil esperar que voltem a se recompor as grandes reservas de anos atrás.

Mas permanece lícito julgar que o Paraná, pela alta rentabilidade de sua cafeicultura, pela larga experiência dos cafeicultores, pelas disponibilidades de armazenamento e pela agilidade do sistema de comercialização, conservará a condição de grande produtor. 1977 será, por esses motivos, o ano da consolidação da cafeicultura paranaense, dentro de um quadro geral de uma agricultura em expansão e aperfeiçoamento à procura de um equilíbrio desejável, não só do ponto de vista paranaense, mas a partir dos interesses nacionais, pois sabemos que o café emprega três vezes mais mão-de-obra do que qualquer outra cultura e que a formação de empregos rurais tem um custo muitas vezes menor do que a de empregos industriais.

Na pecuária, a expansão verificada, tanto no efetivo dos rebanhos como na produção de carne e leite, foi menor do que nas lavouras, principalmente devido à falta de preços estimulantes para o setor. O rebanho bovino apresentou um incremento de 2,3 por cento no período 75/76, com a produção de carne bovina em carcaça aumentando 3 por cento e a produção de leite, de 5 por cento.

Um levantamento geral do setor agropecuário mostra que é ele o responsável por 62,4 por cento dos empregos gerados, vindo a seguir o setor de serviços, com 21,3 por cento e o industrial com 10,3 por cento. Em outras palavras, dois milhões de paranaenses dependem diretamente da agricultura e da pecuária. Do seu trabalho resultou expressiva contribuição para o conjunto da economia nacional, 27 por cento do total da produção brasileira de grãos. Os produtos primários paranaenses representaram, em 1976, 16 por cento do total nacional de exportações, obtendo divisas da ordem de um milhão e 700 milhões de dólares.

Para manter a agropecuária em crescimento constante, o Governo do Paraná realizou pesados investimentos através da Secretaria de Agricultura e das entidades a ela vinculadas, como o Instituto Agrônomo do Paraná, IAPAR; a Associação de Crédito e Assistência Rural, ACARPA; a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico, CAFÉ do Paraná; a Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, COPASA; a Fundação Instituto de Terras e Cartografia, as Centrais de Abastecimento Sociedade Anônima - CEASA, e o Serviço do Acordo de Classificação.

No setor de pesquisas, todo o trabalho está desde 1975, centralizado no IAPAR.

A Assistência técnica realizou-se através da ACARPA, que em 76 atendeu mais de 180 mil produtores com sua rede de escritórios espalhada em 232 municípios. Para que se tenha uma idéia dos investimentos com assistência técnica, basta lembrar que o corpo técnico da ACARPA aumentou de 300 técnicos, em 1975, para 678, em 1976.

Na pecuária, leiteira, a ACARPA introduziu um programa de melhoramento genético no rebanho, que prevê a importação de 2.000 bezerras — das quais 408 já importadas — que servirão como matrizes de animais de alta linhagem.

O fornecimento de insumos básicos para a agricultura e a manutenção de campos de cooperação para a produção de sementes de qualidade foi um dos resultados positivos, colhi-

dos na área da agricultura através da CAFÉ DO PARANÁ. Com a importação de sementes de trigo do México, motivada pela geada de 1975, o plantio de trigo alcançou níveis de produtividade superiores a dois mil quilos por hectare. Este ano, 25 por cento das lavouras de trigo terão sementes mexicanas novamente importadas ou multiplicadas no Estado. Vale destacar que a preocupação do governo com o trigo decorre de nossa atual situação de importadores deste cereal, outra fonte de ônus para a sobrecarregada balança de pagamentos do Brasil. O Paraná, junto com os outros Estados do Sul do Brasil, tem condições para contribuir de maneira decisiva para a redução e posterior eliminação deste item do conjunto das importações.

O Programa Integrado de Conservação do Solo, lançado em 1976, contemplou o Paraná com cinco municípios: Ponta Grossa, Toledo, Rolândia, Campo Mourão e Paranavaí. Os esforços para superar os prejuízos que a erosão representa vão sendo intensificados, a partir de uma consciência conservacionista e da exigência de conservação do solo para financiamentos rurais.

Desde a elaboração do Plano "Objetivos e Metas do Desenvolvimento" vem o Governo do Paraná lutando pela implantação de uma agricultura de vanguarda. Isso se explica pelo fato de restar apenas um milhão de hectares agriculturáveis em todo o Estado. Chegamos ao limite da expansão da produção pela simples incorporação de novas áreas. Necessitamos novas técnicas, mais implementos, fertilizantes e defensivos. Necessitamos, principalmente, aprender a usar melhor os insumos e fazer com que eles rendam o máximo. Ao lado das campanhas de produtividade que estão sendo realizadas, destaco como item de importância os cursos sobre o uso de defensivos, de maneira a evitar que venham eles a se tornar agentes poluentes do meio ambiente.

Outro fato de destaque foi o crescimento do cooperativismo e a formação da Cotriguaçu, em 13 de dezembro de 1975, uma central reunindo as oito maiores cooperativas da região Oeste, que controla ponderável parcela da produção de trigo e soja do Paraná.

O cooperativismo é a resposta a uma real necessidade de fortalecimento do empresário agrícola, em seu afã de buscar novos recursos para investimento e ampliar conhecimentos técnicos e comerciais. Através das cooperativas torna-se o agricultor, neste início de 77, mais apto a enfrentar as inúmeras interrogações do mercado consumidor, e também capacita-o a captar as tendências extremamente variáveis dos países compradores.

Quero me referir ainda ao problema da regularização fundiária, que muito tem preocupado os governos ao longo dos últimos anos. Caminhamos para uma solução segura através da emissão de títulos de propriedade. A Fundação Instituto de Terras e Cartografia expediu mais de mil títulos em 76, que vieram juntar-se aos milhares emitidos pelo INCRA, além de prestar serviços técnicos na região de Foz do Areia e no Litoral, onde está sendo implantado um programa de desenvolvimento integrado, o PRODELAR.

A capacidade de armazenamento do sistema estadual será substancialmente elevada com a conclusão este ano de unidades que a COPASA constrói em Maringá, Assaí e Guarapuava. No total, elas representam mais de 120 mil toneladas estáticas e oferecem, além do armazenamento, serviços de secagem, pré-limpeza e expurgo.

O abastecimento beneficiou-se com a inauguração no ano passado, da CEASA-PR, que oferece uma nova opção ao mercado hortigranjeiro da Região Metropolitana de Curitiba.

O produtor rural vem recebendo forte apoio para que possa incorporar tecnologia avançada em todas as fases de produção e beneficiar-se da crescente integração agricultura-indústria. Em 1976, projetos industriais de cooperativas agrí-

colas receberam financiamentos de 200 milhões de cruzeiros, correspondendo a investimentos de perto de 300 milhões de cruzeiros. A produção e industrialização de aves e suínos foi estimulada através de outros projetos aprovados e em fase de implantação.

Entendo que o grande desafio do Paraná, para assegurar altos índices de crescimento da atividade econômica, é a expansão à sua rede de circulação e escoamento da produção. Esta afirmação é tanto mais enfática quando se tem em conta os números da produção. Em quinze anos, a tonelage de cinco produtos — arroz, trigo, milho, soja e feijão — passou de um milhão e 940 mil toneladas para oito milhões e 590 mil em 1975. E para 12 milhões e 500 mil toneladas em 1976. A provisão para este ano é de 15 milhões de toneladas.

Para transportá-las está se desenvolvendo um agressivo programa no setor viário, pelo qual o Paraná contará com 7.600 quilômetros de rodovias pavimentadas até 1979, ficando somente 34 municípios não servidos diretamente por asfalto.

Há dois anos, tínhamos 167 sedes municipais à margem desse melhoramento.

Destaque-se que, se considerarmos somente a rede estadual, estamos quadruplicando a extensão pavimentada existente no início de 1975.

Do total de 4.714 quilômetros programados ou em execução, cerca de 900 foram entregues ao tráfego em 1976, prevendo-se para o atual exercício a conclusão de mais 1370 quilômetros. Vale ressaltar, dentro desse quadro, a importância das chamadas rodovias alimentadoras, implantadas com pavimento de baixo custo, para as quais o Governo do Estado contraiu empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento no valor de 50 milhões de dólares. Este programa será cumprido no período de 1977/1979.

O crescimento da agricultura deve necessariamente aliar-se à expansão da rede viária, bem como à agroindústria.

Esta estratégia parte do conceito de que a agropecuária e a indústria, longe de se constituírem alternativas opostas na escolha de nossas prioridades de desenvolvimento, são elos da mesma cadeia. Mais do que isso: a expansão demográfica e a rápida urbanização impõem um esforço redobrado no sentido de consolidar o desenvolvimento industrial. A indústria representa a garantia de oferta de emprego nos centros urbanos e isto, vem ocorrendo de forma expressiva.

Atualmente cerca de 40 mil novos empregos são criados por ano na área industrial, representando mais de 10 por cento do mercado de trabalho, quando em 1970, esta participação não excedia 5,6 por cento. O Paraná deixa de ser um Estado " eminentemente agrícola " para tornar-se fundamentalmente agroindustrial. Dispõe hoje, para só citar um dado, do maior parque moageiro de soja do país, e um dos maiores do continente.

O Governo do Paraná, vê no crescimento da indústria uma estreita ligação com o desenvolvimento social. E entende que a explosão industrial que inevitavelmente se fará sentir no fim desta década significa, antes de mais nada, uma multiplicação de oportunidades. A transição de um estágio agrícola para a agroindústria e para a consolidação das indústrias de ponta faz-se gradualmente e dentro de prioridades cuidadosamente estabelecidas.

Em primeiro lugar vem a expansão das atividades industriais vinculadas à produção de máquinas, equipamentos ou insumos destinados ao setor rural e das indústrias que utilizam matérias-primas regionais, como os fabricantes de produtos alimentares, papel, papelão e derivados da madeira.

Em outro plano, cuida o Paraná de atrair indústrias dos ramos mais dinâmicos e de nível de remuneração de mão-de-obra mais elevado, como metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte e outras indús-

trias de alto padrão técnico, que visem principalmente, à produção de bens substitutivos de importação ou destinados à exportação. Cuida ainda de incentivar a produção de bens carentes no mercado interno brasileiro, de acordo com prioridades da política de desenvolvimento do Governo Federal.

Outra preocupação é aproveitar o efeito multiplicador de alguns grandes projetos industriais e dos empreendimentos de grande porte já definidos ou em implantação no Estado, como as hidrelétricas de Itaipu e Foz do Areia, a unidade amônia-uréia e a refinaria da Petrobrás, assim como uma fábrica de caminhões pesados cuja implantação está sendo iniciada na Cidade Industrial de Curitiba. A atração da Volvo para o Paraná, em 1976, marcou o início de uma nova fase em nosso processo de industrialização, a partir da utilização de tecnologias mais sofisticadas.

Na estratégia para o setor destacam-se ainda o incentivo aos polos industriais do interior, fortalecidos agora com a constante descentralização das atividades dos agentes financeiros oficiais; a manutenção do crescimento da agroindústria e a implantação de eixos industriais diversificados.

Sobre a atuação dos instrumentos dessa política BADEP, BRDE e BANESTADO, faremos referência mais adiante.

A crise internacional do petróleo determinou por outro lado, o apressamento do programa do álcool em todo o país, destinado a produzir álcool anidro para fins carburantes, a ser adicionado à gasolina. Cinco destilarias já foram aprovadas para o Paraná pela Comissão Nacional do Alcool, enquanto outras três aguardam aprovação de um total de 43 preconizadas para o Estado. Ao lado das já existentes, essas destilarias terão capacidade para produzir um total de 1 (um) bilhão de litros por ano, correspondendo a um quinto da produção nacional, prevista para 1980.

Para garantir que todo esse processo não venha a sofrer solução de continuidade, o Paraná procura fortalecer sua posição de grande produtor de energia elétrica. Isto pode ser constatado pelos que acompanham a construção da hidrelétrica de Foz do Areia, e outras obras destinadas ao aproveitamento hidrelétrico do potencial dos rios Paraná e Iguaçu, que representam quase o equivalente à potência atualmente instalada no País.

Foz do Areia, em construção pelo Governo Estadual, através da COPEL, vai quintuplicar a capacidade de geração da empresa. Já em 1980 entrarão em operação os primeiros 1.125.000 quilowatts. No ano que passou, os trabalhos concentravam-se, principalmente, na perfuração dos túneis para o desvio do rio Iguaçu; melhoria nas vias de acesso ao canteiro de obras e continuação da implantação da vila residencial e sua respectiva infraestrutura, cujas obras estão em fase final de execução.

Em fevereiro, foi assinado em Brasília financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento no valor de 675 milhões de cruzeiros para custear parte do projeto. Em junho, foram assinados contratos de financiamento segundo os quais a ELETROBRÁS destinou à COPEL um bilhão e 983 milhões de cruzeiros para as obras.

Prosseguiram, no ano que passou, os programas de eletrificação rural. Foram entregues oficialmente as cooperativas de eletrificação rural de Marechal Cândido Rondon, Francisco Beltrão, Pato Branco, Apucarana, Cambira, Medianeira e Chopinzinho. No biênio 76/77 estão sendo atendidas mais 2.710 novas propriedades rurais, das quais 1.925 já foram ligadas em 1976.

As obras concentram-se nos municípios de Cascavel, Paranavaí, Maringá, Castro, Mandaguari, Goioerê, Mandaguaçu, Primeiro de Maio, Nova Esperança e Marialva. Em 1976, 67 novas comunidades foram ligadas ao sistema da COPEL, elevando-se o número total para 717 cidades e vilas. O número de consumidores cresceu mais 68 mil, elevando-se para 645 mil

o total de ligações na área de distribuição da COPEL.

Uma notícia auspiciosa foi a autorização do Ministério de Minas e Energia para que o Paraná efetue estudos dos recursos hidráulicos do Baixo Iguaçu, na parte compreendida entre os aproveitamentos hidrelétricos de Salto Osório e Salto Caxias, com o objetivo de construir novas usinas e, através do acréscimo de geração própria, fortalecer o sistema elétrico estadual. A geração própria teve um crescimento de 31,8 por cento, em função da expressiva precipitação pluviométrica ocorrida em 1976, o que determinou significativo aumento na produção das hidrelétricas da COPEL.

O aumento do consumo — um dos índices mais seguros do desenvolvimento — alcançou 16 por cento, acima portanto da média nacional, que foi de 13,8 por cento. O consumo industrial foi o que apresentou o maior crescimento relativo, chegando a 21 por cento, também superior à média nacional de 16,8 por cento. No ano que passou, foram construídos 1932 quilômetros de linhas de transmissão em todo o Estado.

E os investimentos também tiveram sensível aumento: de 740 milhões de cruzeiros em 1975, passaram para um bilhão e 582 milhões de cruzeiros, destinando-se a maior parcela às obras de Foz do Areia.

O setor de telecomunicações teve, igualmente, um bom desempenho durante o último exercício, quando foram concluídas 151 obras urbanas e interurbanas de serviços telefônicos. Vale destacar que com a interligação de 96 sedes municipais que não dispunham de qualquer tipo de telecomunicações, todos os 290 municípios paranaenses foram integrados aos serviços telefônicos interurbanos, assegurando ao Paraná a hegemonia nacional neste setor.

Oito centrais entraram em operação no sistema de Disca-gem Direta Internacional, o que elevou para dez o número de cidades servidas por esse sistema.

Com as obras de implantação e melhoramentos efetuados durante o período, o número de telefones instalados aumentou em 48.574, ou seja, 40 por cento em relação a 1975.

Todo o desenvolvimento, tenho insistido, deve ter como fim o homem. O homem é o centro de interesse do Estado, o destinatário de todos os benefícios do desenvolvimento. Daí a preocupação do Paraná com o sistema escolar. Julgo importante aprender. E mais importante ainda saber para que se aprende.

A integração escola-comunidade foi uma das preocupações do Governo desde o seu primeiro dia, a par do esforço para ampliar as possibilidades de instrução das crianças entre sete e quatorze anos, que, no Paraná, chegam a quase dois milhões.

Oferecemos escola para 87 por cento desse contingente. A ampliação da taxa de escolaridade deve atingir até o próximo ano, 90 por cento das crianças em idade escolar.

Não é tarefa das mais fáceis. Além da manutenção da rede física de 3.322 escolas e do pagamento de técnicos e professores, em número de 53 mil pessoas, cuidou-se da ativação do ensino.

Ativar o ensino significa dar continuidade à reforma do ensino de primeiro e segundo graus. Reformular o ensino agrícola. Incrementar a assistência ao aluno. Apoiar o ensino especial para excepcionais. Expandir o ensino supletivo.

No ano passado foram aprovados mais 108 planos de implantação da reforma em estabelecimentos de primeiro grau, em todo o Paraná. E as escolas agrícolas adaptaram seus currículos à realidade paranaense, a fim de oferecer um ensino adequado à zona rural.

Na área do ensino superior o Paraná obteve o reconhecimento da Universidade Estadual de Maringá; a oficialização, pelo Conselho Federal de Educação, dos cursos de Enfermagem e Obstetrícia; de licenciatura em ciências biológicas; e de educação física e técnica desportiva, da Universidade Estadual de Londrina. Foram também aprovados, pelo Presidente da República, os cursos de pedagogia e ciências da Fundação Estadual de Filo-

sofia, Ciências e Letras, de Guarapuava.

Mil universitários carentes de recursos receberam bolsas de estudo.

E muitas obras foram concluídas.

Em termos globais, as obras concluídas em 1976, ou seja, 815 salas de aula, somadas às que se encontram em andamento e às que já estão em condições de início imediato, totalizam 805 prédios com 2.969 salas e capacidade para receber 356 mil matrículas.

O curso total dessas obras é de 500 milhões de cruzeiros e se constitui, provavelmente, no melhor investimento que se faz com o dinheiro do povo, pelo seu poder multiplicador e pela permanente rentabilidade.

Paralelamente, constroem-se 206 quadras esportivas polivalentes.

O investimento no aluno tem um correspondente no investimento no mestre.

O centro de Treinamento do Magistério do Paraná, desempenhou, em 1976, importante papel no aperfeiçoamento de professores: mais de 22 mil receberam treinamento em todo o Estado.

O Estatuto do Magistério, aprovado pela Assembléia e já sancionado, depende apenas de regulamentação para que se torne um dos fatores da consolidação da política educacional.

Trata-se de uma política integrada em todos os escalões - Federal, Estadual e Municipal.

E se o Estado recebe forte apoio e auxílio do Ministério da Educação, não nega às Prefeituras.

No ano passado, o Estado destinou Cr\$ 34 milhões para auxiliar no pagamento de professores municipais.

A concessão de Bolsas de estudo e a compra de vagas ociosas na rede particular beneficiaram 16 mil estudantes dos três níveis e da área do ensino especial.

O empenho do governo em possibilitar o atendimento adequado de sua rede física significou a aquisição de 135 mil carteiras escolares e outros equipamentos, avaliados em quase 23 milhões de cruzeiros.

E o complemento de todo esse esforço se deu no plano cultural, com a manutenção de museus, teatros e escolas de arte, além de promoções como o recente Curso Internacional de Música do Paraná e o Festival de Música de Curitiba, que integram, ao lado do Concurso Nacional de Contos e de outras promoções, o elenco de iniciativas que o Governo adota para fomentar a atividade cultural.

A saúde pública foi uma área que não teve, em 1976, os problemas do ano anterior graças à sistematização da prática da imunização em massa contra a tuberculose, o sarampo e a meningite meningocócica.

A Secretaria de Saúde e Bem Estar Social conseguiu colocar em efetivo funcionamento sua nova estrutura organizacional e realizou uma série de seminários ligados à modernização administrativa.

No Paraná de hoje, a prevenção da doença é encarada como prioritária e mais urgente missão do Estado, cujo empenho é para que nenhum paranaense se sinta desigual aos outros em matéria de atendimento médico-sanitário.

A redução dos níveis de morbidez e o aperfeiçoamento dos controles sanitários são acompanhados da integração entre os serviços sanitários e sociais.

Prosseguimos com a orientação do primeiro momento, que é o de só investir em setores não cobertos pela iniciativa particular, mas manter mecanismos de estímulos a essa iniciativa, tendo em vista atingir os padrões médios de três leitos e meio por mil habitantes, acima da média atual de 2,7 leitos.

Das 60 unidades sanitárias programadas para todo o Estado, 18 foram entregues em 1975 e 14 em 1976.

Outras 28 serão construídas entre 1977 e 1978.

A rede de 17 hospitais, com três mil leitos, da Fundação

Hospitalar do Paraná recebeu recursos para aperfeiçoar o atendimento e o quadro de pessoal.

O mesmo ocorreu com a construção de cinco centros de saúde, em Paranavaí, Cianorte, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu e Umuarama.

Em 1976, elaboramos um programa de construção de 3 hospitais regionais e de apoio financeiro à construção de hospitais municipais e de diversos sindicatos de trabalhadores rurais, programa no montante de 90 milhões de cruzeiros, já aprovado pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAZ, a ser aplicado neste ano.

Afirmar anteriormente que "proteger a criança é prioridade da administração, porque encaramos a sociedade em que vivemos sob a perspectiva de um tempo novo - e temos certeza de que não haverá sociedade justa para aquele que foi injustiçado no início da vida".

Este cuidado materializou-se em junho de 1976, com a inauguração do Centro de Estudos, Diagnósticos e Indicação de Tratamento do Instituto de Assistência ao Menor.

Sua missão é identificar as causas gerais e específicas que geram a marginalização.

A identificação dessas causas fornecerá os dados para uma programação mais adequada ao atendimento da infância e da juventude desfavorecida.

A ação do setor evoluiu positivamente: elevaram-se de 80 para 114 as entidades assistenciais que atuam em convênio com o IAM.

Esse número será dobrado nos próximos dois anos.

É um programa que situa a Fundação do Bem Estar ao Menor entre as melhores instituições do gênero do País.

Em 1976, o IAM aumentou em 5 vezes o atendimento ao menor desamparado, quando conseguiu atingir por intermédio de ação direta ou indireta (auxílios, subvenções) a 16.350 menores.

Além das dotações orçamentárias, o Governo destinou no último ano para o setor uma verba de 5 milhões de cruzeiros, proveniente de doação do Banco do Estado ao IAM.

Esse auxílio proporcionará em 1977 o atendimento a mais de 3187 crianças, com a construção, equipamento e instalação de mais de 13 unidades particulares de atendimento ao menor, além de adequação de outras 23 unidades, também particulares.

Desta forma, procura o Governo do Estado estimular a ação comunitária, cujo trabalho vem sendo intensificado em apoio à ação oficial.

No setor de habitação, foram entregues seis (06) conjuntos habitacionais construídos pela Companhia de Habitação do Paraná, nas cidades de Jacarezinho, Bandeirantes, Ibitiporã, Porecatu, Faxinal e Apucarana.

Em 1977 serão entregues trinta e um núcleos habitacionais, totalizando 8725 novas moradias.

Com o apoio do Banco Nacional de Habitação, o Governo do Estado cuida, também, de reduzir a deficiência nos serviços de saneamento e suprimento de água tratada.

Atualmente, sessenta e cinco por cento da população urbana é servida por água tratada, em 205 municípios que possuem sistema em operação.

Desses, 110 são operados pelo Estado, através da SANE-PAR.

Os serviços de coleta de esgoto atendem apenas dezesseis por cento dessa mesma população urbana.

O grande esforço realizado no setor é para elevar, até 1978, o atendimento a oitenta por cento da população urbana com água de boa qualidade e estender a cinquenta por cento o atendimento com a rede de esgotos.

Em 1976, foram concluídas, pela SANEPAR, 17 obras novas e 19 ampliações de sistemas de abastecimento de água já existentes.

Nesses primeiros 24 meses de Governo, foram concluídas 48 obras de abastecimento de água e ampliações de sistemas que beneficiaram 28 cidades, atingindo uma população de um milhão e 700 mil habitantes e representando investimentos de 410 milhões no biênio de 1975/1976.

Nos próximos dois anos, mais 902 milhões serão investidos, para beneficiar uma população de 580 mil habitantes.

Paralelamente, desenvolvem-se programas especiais para implantar serviços de abastecimento em cidades com menos de 250 ligações domiciliares.

O cuidado com o saneamento estende-se à preservação dos recursos hídricos e ao controle da poluição.

A Administração de Recursos Hídricos vem acentuando sua atuação no controle das condições de potabilidade das águas de rios e da água distribuída à população.

Ao mesmo tempo, ela orienta indústrias na implantação de projetos de tratamento de despejos industriais e outras ações que resultem na preservação da sanidade ambiental.

Preocupa-nos sobremaneira o setor da segurança pública.

Ao lado do aumento dos efetivos policiais, o Governo intensificou sua política de descentralização do setor, criando condições melhores de atendimento nos bairros da Capital e nas cidades do interior.

Entre as obras principais do setor, cumpre citar a nova sede do Detran em Curitiba; as sedes do Instituto de Polícia Técnica, da Escola de Polícia; os distritos policiais de Vila Hauer e do Portão; a subdivisão policial de São Mateus do Sul; as seções de Polícia Técnica e médico-legal de Paranaguá; e 24 delegacias de polícia já inauguradas no interior, onde foram iniciadas as sedes próprias para mais 28 delegacias.

O sistema penitenciário recebe também substanciais melhoramentos.

A política carcerária moderniza-se e um dos melhores exemplos disso é a OPERAÇÃO LIBERDADE, que tem por objetivo atender aos egressos dos presídios.

A chamada Operação Indulto, de outro lado, proporcionou sensível queda do índice de reincidência entre os indultados.

Resta-nos analisar o desempenho financeiro do Estado, no ano de 1976, bem como a atuação do aparelho administrativo.

A realização da receita do Estado totalizou seis bilhões e 518 milhões de cruzeiros em 1976, contra 4 bilhões e 355 milhões de cruzeiros em 1975.

Desse total, 4 bilhões e 805 milhões de cruzeiros referem-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias, já descontados aqui um bilhão e 216 milhões de cruzeiros que foram entregues aos Municípios à conta do Fundo de Participação.

Do total do ICM arrecadado para o Estado, os produtos primários contribuíram com 2 bilhões e 111 milhões de cruzeiros, o equivalente a quarenta e três, vírgula nove por cento.

A comercialização do café foi, ainda uma vez mais, o principal fator de receita, contribuindo com 859 milhões de cruzeiros no último exercício.

O Tesouro do Estado repassou o total de 6 bilhões e 193 milhões de cruzeiros e autorizou o empenho de 155 milhões de cruzeiros à conta de diferimento, o que demonstra que o orçamento estadual foi realizado praticamente em sua totalidade.

O nível de endividamento, foi mantido rigorosamente compatível com a capacidade de amortização do Tesouro, não obstante os empréstimos contraídos junto à Morgan Guaranty Company of New York, de 50 milhões de dólares, ao Banco Nacional de Habitação, no valor de 173 milhões de cruzeiros, e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, de 40 milhões de cruzeiros.

Durante o último exercício, o Estado amortizou um total de 684 milhões de cruzeiros de sua dívida interna e externa,

considerando-se aqui a administração direta e indireta.

Quero referir-me agora à ação dos bancos oficiais, cujo desempenho é fator preponderante para o desenvolvimento do Estado.

O BADEP aprovou sua participação em investimentos totais no período de janeiro/dezembro de 1976, no montante de 7 bilhões e 627 milhões de cruzeiros, correspondendo a 447 projetos.

As aprovações no mesmo período em 1975 atingiram o valor de 3 bilhões e 414 milhões de cruzeiros registrando-se portanto um acréscimo, em 1976, de cento e vinte e três por cento.

As contratações realizadas atingiram 5 bilhões e 313 milhões de cruzeiros, em 96 municípios paranaenses, onde os investimentos e financiamentos do Banco geraram 17.574 novos empregos.

Destes, a grande maioria refere-se ao setor industrial, visto que do total dos créditos concedidos setenta e seis vírgula nove por cento destinam-se ao setor secundário.

Igual crescimento verificou-se no Banco do Estado do Paraná.

O estabelecimento oficial do Estado consolidou sua posição como principal aplicador de recursos para a área rural do Paraná, com exceção do Banco do Brasil.

O BANESTADO é depositário hoje de vinte e sete por cento do total de recursos da rede bancária (também excetuando o Banco do Brasil), totalizando em dezembro de 1976 o volume de 3 bilhões e 520 milhões de cruzeiros, dos quais 2 bilhões, 342 milhões de cruzeiros provenientes de particulares.

Quanto aos empréstimos no valor de 5 bilhões e 759 milhões de cruzeiros representam vinte e sete vírgula setenta e nove por cento do total aplicado pela rede bancária no Estado.

Por outro lado, as 48 agências estão sendo incorporadas à rede do Banco do Estado do Paraná, das quais 33 foram entregues no último exercício.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul, cuja Presidência é ocupada atualmente, e pela primeira vez, por um paranaense, teve inversões de 1 bilhão e 288 milhões de cruzeiros em 1976, dos quais 686 milhões foram destinados ao setor secundário e 366 milhões ao setor primário.

Estas aplicações foram cento e oito por cento superiores às de 1975.

No setor de suporte da administração, ganha destaque o programa de reparos em prédios públicos, que atendeu em 1975/76, a 215 municípios.

Foram reparados 992 prédios públicos, a maioria escolas que necessitavam reparos e melhoramentos urgentes.

Foram aplicados nesse programa, 63 milhões de cruzeiros.

Isso tornou-se possível graças à política de centralização dos meios administrativos numa só secretaria, que atualmente controla as despesas administrativas do Estado dando maior eficiência à máquina burocrática e reduzindo seus custos de operação.

Antecipando-se às medidas adotadas a nível federal, o Governo do Estado conseguiu, dessa forma, substancial redução no consumo de combustíveis: de 17 milhões de litros de gasolina consumidos em 1974, para 15 milhões de litros em 1976, com economia de 10 milhões de cruzeiros a preços atuais.

Do mesmo modo, conseguiu-se manter a frota de veículos oficiais praticamente estabilizada apesar de natural crescimento das necessidades administrativas.

Com respeito aos recursos humanos, o ano de 1976 foi marcado pela melhoria no atendimento ao servidor, concentração de unidades administrativas, no treinamento e controle de pessoal, e no tratamento e recuperação do pessoal ocioso do quadro geral do Estado.

Senhores Deputados:

Saímos de um ano em que boa parte do interesse público concentrou-se nas eleições municipais, cujo desenrolar constituiu forte demonstração do alto espírito cívico do eleitorado, cuja taxa de abstenção foi das mais baixas da história política do Paraná.

Por isso, cabe-nos reconhecer que os resultados positivos de 1976 não ocorreram apenas no plano econômico.

As vitórias com o crescimento político foram igualmente relevantes.

O fato dos dois partidos irem às ruas, reunirem o povo nas praças, debaterem seus ideários acrescenta um importante dado à análise da realidade brasileira no ano que passou.

A vinda do presidente Ernesto Geisel, por três vezes, ao Paraná foi outro fator importante de estímulo para os paranaenses, que tiveram oportunidades de dialogar com o Presidente da República e desse diálogo saíram animados por uma fé nos destinos nacionais e uma renovada confiança nos elevados objetivos da missão presidencial.

No debate e no diálogo, livres de preconceito ou idéias preconcebidas solidificou-se nossa unidade como membros de uma mesma comunidade e como guardiães do mesmo patrimônio cívico.

Na mútua cooperação e no permanente entendimento, os Poderes Legislativo e Executivo conseguiram que os projetos de Lei tovessem um fluxo adequado às necessidades da vida estadual e deixassem o Palácio 19 de Dezembro acrescidos - quando oriundos do Executivo - da zelosa contribuição dos representantes do povo; e quando aqui originados, nasceram sempre com a marca do interesse público.

Do entendimento e procedimentos convergentes dos Poderes Judiciário e Executivo resultaram conseqüências positivas para o desenvolvimento social, que se alimenta tanto da Justiça como de obras públicas e que, se pode, temporariamente, prescindir destas últimas, quando a situação exige sacrifícios de investimentos em função de prioridades administrativas, não pode nunca, por mínimo que seja o interregno, sobreviver sem a primeira.

O firme apoio da área federal, traduzido em grandes investimentos canalizados para setores básicos da economia paranaense e para obras de profundo interesse social, indica que as preocupações aqui e em Brasília orientam-se no mesmo sentido de atender aos imperativos do desenvolvimento voltado para o homem.

E que as relações entre os Executivos federal e estadual têm como característica o desígnio comum de servir ao crescimento das potencialidades de cada comunidade.

Neste ano de 1977, que não será um ano fácil, pelo conjunto de problemas com que se defronta a nação, sinto que esse sistema de participação, interação e solidariedade entre os poderes, nos vários níveis, e a sociedade nacional, terá decisiva importância para a superação dos obstáculos e a construção dos projetos que visam ao bem comum e ao fortalecimento da nação brasileira.

Diante da conjuntura nacional e internacional, nós paranaenses reputamos ainda mais nosso produto agrícola, pois temos consciência que será ele um dos instrumentos mais valiosos com que conta a nação para vencer mais esta etapa e consolidar as estruturas da sociedade solidária que o Presidente Ernesto Geisel colocou como meta maior de seu governo.

De nossa capacidade de adaptação, de renovação e de trabalho muito depende o Brasil.

Mas será principalmente em nossa unidade que eu confio e me apoio para levar avante o conjunto de projetos do Governo.

Através dela temos obtido de todos a participação na administração da coisa pública - com suas responsabilidades, seus sacrifícios e seus frutos.

E será ainda graças à nossa unidade e com a ajuda de Deus, que multiplicaremos nossas vontades e concluiremos, nos próximos anos, o projeto maior, que é contruir, num Paraná grande, uma sociedade forte, generosa e próspera.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Da mesma Comissão anteriormente designada solicito que acompanha S. Exa. o Sr. Governador durante sua permanência no Palácio "Dezesseis de Dezembro".

Antes do encerramento esta Presidência deseja consignar sua gratidão às autoridades militares, civis e eclesiásticas e demais pessoas presentes, pelo seu comparecimento que tanto abrilhantou esta solenidade.

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após o que está encerrada a sessão.

(É executado o Hino do Paraná)

PORTARIA NÚMERO 46/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 646/77, de 09 de fevereiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar a funcionária NILCE POLI MILANI, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado DOMICIO SCARAMELLA, no período compreendido entre primeiro de janeiro a 31 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, 14 fevereiro 1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 47/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 649, de 09 de fevereiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário JOÃO BATISTA FIGUEIREDO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado GABRIEL MANOEL, a partir de 27 de janeiro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, 14 fevereiro 1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 48/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 675/77, de 10 de fevereiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

designar o funcionário SEBASTIÃO JOSÉ DE FÁRIA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência até 28 de fevereiro de 1977.

Gabinete da Diretoria geral, 14 fevereiro 1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 49/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 612/77, de 08 de fevereiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar o funcionário GIL CESAR DANTAS BRUEL, ora à disposição deste Poder, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, no período compreendido entre 6 de janeiro a 28 de fevereiro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, 14 fevereiro 1977.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 50/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 672, de 10 de fevereiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

designar o funcionário JORGE BEMBENOWSKI, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Francisco Accyoli Rodrigues da Costa Neto, até 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, 15 fevereiro 1977.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 51/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 647, de 09 de fevereiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

designar os funcionários FERNANDO PAULINO DA SILVA WOLFF e JULCIMARA RIBEIRO

DA COSTA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestarem serviços no Serviço de Assistência Social e Departamento Administrativo, respectivamente, até 31 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, 15 fevereiro 1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 52/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

autorizar a funcionária JULCIMARA RIBEIRO DA COSTA, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, Inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, no período compreendido entre primeiro de janeiro a 28 de fevereiro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, 15 fevereiro de 1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 53/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 695, de 11 de fevereiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, de 21 de dezembro de 1976, ao funcionário ALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula número 190, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, 15 fevereiro 1977.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 54/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 569, de 04 de fevereiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar, os funcionários LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP, matrícula número 049, LAERTES LUIZ FOGGIATO, matrícula número 456 e ELOI MEZZADRI, matrícula número 365, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Inquérito Administrativo, que apurará a responsabilidade do funcionário LUIZ CARLOS GONÇALVES DE CASTRO, constante do Edital de Chamamento número 01/77.

Gabinete da Diretoria Geral, 15 fevereiro 1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 55/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob número 741/77, de 15 de fevereiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, de 21 de dezembro de 1976, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

As. Técnico - Matr. 096

JOAQUIM ANTÔNIO RODRIGUES

DF. ADM. "22" - Matr. 311

JOAQUIM VIEIRA DA SILVA

Of. SERV. GERAIS "23" - Matr. 524

OSWALDO FÁRIA

OF. ADM. "20" - Matr. 345, e

JANET DA SILVA SANTOS

DF. ADM. "23" - Matr. 338

Gabinete da Diretoria Geral, em 17/02/1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 56/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 740/77 de 15 de fevereiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/78, de 21 de dezembro de 1976, ao funcionário ANTÔNIO GARCIA, matrícula número 020, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de

Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17/02/1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 57/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 489, de 31 de janeiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a Portaria número 428/76, de 08 de junho de 1976, que autorizou SANTIAGO LOSSO, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos a partir de 31 de janeiro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17/02/1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 58/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 788, de 18 de fevereiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar a funcionária IEDA VELASQUEZ HUNDZIAK, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Francisco Escorsin, até 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17/02/1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 59/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

lotar ISMAR DELLAGASSA PASSOS, matrícula número 262, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Gabinete de Assistência Técnica.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25/02/1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 60/77
O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:
 revogar todas as Portarias que designaram funcionários deste Poder, para prestarem serviços nos Gabinetes da Presidência, Primeira, Segunda e Terceira Secretaria, Liderança da ARENA, Liderança do MDB., a partir de primeiro de abril de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25/02/1977
JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
 Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 61/77
O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:
 revogar as Portarias números 61/75, de 12 de março de 1975 e 162/75, de 08 de abril de 1975, nas partes a que se referem ao funcionário RONALDO CATARINO, a partir de 28 de fevereiro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de março de 1977.
JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
 Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 62/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA AS-

SEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 842, de 18 de fevereiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:
 autorizar a funcionária NAIR BELINO BONFIN, ora à disposição deste Poder, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, no período compreendido entre primeiro de janeiro a 31 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de março de 1977.
JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
 Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 63/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 882, de 24 de fevereiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:
 transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, à funcionária GLACI BELICH, matrícula número 154, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de março de 1977.
JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
 Diretor Geral